

Avanço da pandemia adia reforma administrativa e PEC deve ser votada depois de maio

O cronograma para aprovação da Reforma Administrativa (PEC 32/20), que havia sido definido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não será cumprido. Em fevereiro, Lira afirmou que a PEC seria votada em dois meses pelos deputados, para depois seguir para o Senado. Porém, a aceleração da pandemia, aliada às articulações dos servidores mudaram o cenário.

As sinalizações feitas pelos parlamentares são de que a análise ficará para depois de maio dependendo da crise sanitária.

Com isso, os servidores ganharão mais tempo para mobilizar a categoria, esclarecer a sociedade e pressionar os parlamentares. A intenção é barrar o avanço do texto original, que, segundo as categorias e alguns deputados, apresenta inconstitucionalidades.

O relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça da Casa, deputado Darci de Matos (PSC-SC), já declarou que vai ampliar o prazo para discutir o texto. O deputado tem recebido nos últimos dias representantes das categorias da União e dos estados.

A expectativa é que a mobilização do funcionalismo em todo o país — o que inclui entidades de servidores municipais — cresça ainda mais, já que o projeto abrange todas as esferas.

A PEC extingue a estabilidade e benefícios para futuros servidores públicos, entre outras mudanças nas regras do serviço público.

Condsef/Fenadsef solicita audiência com relator da PEC 32/20

No dia 24/03, a Condsef/Fenadsef entregou carta contra a PEC 32/20 ao relator da Reforma Administrativa, o deputado federal Darci de Matos (PSD-SC), solicitando audiência com o parlamentar. A entidade destacou que é necessário que o Congresso dê prioridade ao combate à pandemia, em vez de servir a um 'governo subordinado a banqueiros internacionais'.

Segundo o documento, a fonte da crise sanitária que não consegue conter o avanço da pandemia de Covid-19 reside, sobretudo, nos ataques sistemáticos aos serviços públicos, em particular ao SUS. O fechamento de leitos, a suspensão de concursos públicos e o desmantelamento do sistema de compras de insumos são consequência direta da retirada de verbas da saúde, imposta pela Emenda Constitucional 95, conhecida como Teto de Gastos, que congela investimentos públicos por 20 anos.

O documento também afirma ainda que a política do governo Bolsonaro induziu a população a se contaminar maciçamente. Não houve testagem em massa, muito menos campanhas educativas para prevenção sanitária e distanciamento social ou uso de máscaras. Não há vacinas. Não há nem mesmo medicamentos para intubações nos poucos leitos de UTI disponíveis.

Portaria sobre retorno gradual ao trabalho presencial tem novas orientações

Foi publicado, no Diário Oficial da União (DOU), em edição extra do dia 25/03, a Instrução Normativa 37/2021, que altera os arts. 2º, 3º, 7º da Instrução Normativa nº 109, de 29 de outubro de 2021, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC para o retorno gradual e seguro ao trabalho presencial.

Diante disso, as atividades presenciais ficam autorizadas caso constatadas as condições sanitárias e de atendimento de saúde pública que as viabilizem, de acordo com esta Instrução Normativa. A presença de servidores e empregados públicos em cada ambiente de trabalho não deverá ultrapassar trinta por cento do limite máximo de sua capacidade física, mantendo-se o distanciamento mínimo de um metro

entre os agentes públicos. No caso de ambientes que abrigam gabinetes de secretarias, secretarias executivas e de ministros de estado ou autoridades equivalentes, a presença de servidores e empregados públicos não deverá ultrapassar o limite máximo de cinquenta por cento de sua capacidade física.

Em caso de medidas restritivas de distanciamento social em Estados e Municípios em que for estipulado limite maior, os órgãos federais neles sediados deverão seguir as regras locais.

Os servidores só serão mantidos em trabalho remoto quando houver restrições locais de circulação; ou antecipações de pontos facultativos e feriados legalmente instituídos. Para retorno ao trabalho presencial serão observados os protocolos e medidas de segurança, relativos a distanciamento recomendados pelas autoridades sanitárias locais.

Deverão ser priorizados para a execução de trabalho remoto, os servidores e empregados públicos que utilizam transporte público coletivo nos deslocamentos para os locais de trabalho.

A IN ainda esclarece que os órgãos e entidades do SIPEC deverão manter disponíveis em seus canais oficiais, a quantidade total de servidores e empregados públicos em exercício no órgão ou entidade, especificando quantos se encontram em regime de trabalho presencial e remoto ou em programa de gestão.

“Como ficaria sua vida sem os serviços públicos?” Campanha de TV, rádio e redes sociais defende o serviço público



A CUT juntamente com diversas entidades sindicais se uniram para lançar a segunda fase da campanha em defesa das estatais e do serviço público no Brasil. O SINDSEP-MG é uma das entidades que participam da campanha que está sendo veiculada em horários nobres das TVs: SBT, Bandeirantes e Globo, além da TVT e canais de esquerda. A campanha também está sendo veiculada na rádio BandNews e na internet.

Além dos vídeos sobre a importância do serviço público para todos os brasileiros e brasileiras, a campanha tem vários cards que podem ser publicados nas redes sociais.

A sociedade brasileira precisa acordar para a importância dos serviços públicos e para o desmonte que está sendo promovido pelo atual governo com o objetivo de repassar esses serviços para a iniciativa privada. Todos nós dependemos dos serviços públicos, como os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), esgotamento sanitário, construção de estradas, desde o momento em que nascemos. Os empresários vão cobrar altos valores por esses serviços e a população que mais precisa não poderá pagar por eles.

Há duas maneiras de participar dessa campanha, a primeira é ajudando a divulgar, compartilhando os materiais em suas redes sociais. A segunda, e ainda mais importante, é pressionando o Congresso Nacional para que rejeite a Reforma Administrativa.

#DigaNãoÀReformaAdministrativa